

Superior Tribunal de Justiça

CARTA ROGATÓRIA Nº 14.688 - NO (2019/0176690-9)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
JUSROGANTE : GOVERNO DA PROVÍNCIA DE OSLO E VIKEN
INTERES. : L DE S V
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO - CURADOR ESPECIAL
PARTE : H H B
A.CENTRAL : MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA

DECISÃO

Trata-se de carta rogatória por meio da qual a Justiça da Noruega solicita que se proceda à intimação da parte interessada de decisão proferida em processo de separação (fls. 7 e 10).

A intimação prévia foi recebida por terceiro, conforme os documentos postais de fls. 32-33.

A Defensoria Pública da União, na qualidade de curadora especial, não se opôs à concessão do *exequatur* (fls. 38-39).

O Ministério Público Federal opinou pela concessão da ordem (fl. 42).

É o relatório. Decido.

A intimação prévia é procedimento preliminar da concessão do *exequatur*. Em seguida, os autos são remetidos ao juízo federal competente para o cumprimento da diligência objeto da rogatória, nos termos do art. 216-V do RISTJ. Assim, possibilitam-se novas oportunidades à parte interessada para, caso queira, manifestar seu inconformismo.

O objeto da presente carta rogatória não atenta contra a soberania nacional, a dignidade da pessoa humana e/ou a ordem pública, razão pela qual, com fundamento no art. 216-O, c/c o art. 216-P do RISTJ, **concedo o *exequatur***.

Assim, **remeta-se a comissão à Justiça Federal, à Seção Judiciária de Pernambuco, para as providências cabíveis.**

Cumpra-se a diligência em 60 dias.

Após, devolvam-se os autos ao STJ para que sejam enviados ao país de origem por meio da autoridade central competente.

Publique-se. Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília, 04 de outubro de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente

